



## ***CIRCULAR 01/2007***

### **ORÇAMENTO DE ESTADO 2007 – PRINCIPAIS ALTERAÇÕES**

Lisboa, 29 de Janeiro de 2007

Estimados Clientes:

É com muito gosto que lhe preparámos um pequeno trabalho sobre as principais alterações contempladas no Orçamento de Estado para 2007 (OE2007), para ficar a par das novidades em termos contabilísticos e fiscais.

Apenas relatamos os principais aspectos da legislação alterada, tentando ser o mais conciso e explícito possível. Para aprofundar os temas tratados neste trabalho estamos disponíveis para debatê-los.

Não queremos deixar de realçar o tema das contas bancárias referido no ponto RGIT.

#### IRS

##### **- Regime Simplificado**

O coeficiente aplicado às prestações de serviços e outros rendimentos passa de 0,65 para 0,70, aumentando a carga fiscal sobre os contribuintes abrangidos por este regime.

##### **- Retenções na fonte / Responsabilidade**

Quando as entidades patronais não comuniquem nem contabilizem rendimentos sujeitos a retenção tal como são, passam a ser solidariamente responsáveis pelo imposto não retido.

#### IRC

##### **- P.E.C. (Pagamento Especial por Conta)**

Ficam dispensados de efectuar o PEC os contribuintes que tenham deixado de efectuar vendas ou prestações de serviços e entreguem a declaração de cessação de actividade para efeitos de IVA. Finalmente, rectificou-se uma situação injusta para as empresas que estavam inactivas mas eram obrigadas a todos os anos a efectuar o PEC e, caso não fizessem as finanças cobravam coimas.

##### **- Incentivo à renovação de frotas**

O OE2007 criou um incentivo que possibilita isentar em 80% as mais-valias decorrente da venda de veículos de mercadorias com peso igual ou superior a 12 toneladas, adquiridos antes de 1/10/2006, afectos ao transporte de mercadorias, desde que o valor da venda seja totalmente aplicado na compra de novos veículos com matrícula posterior a 1/10/2006. É um benefício temporário que caduca em 31 de Dezembro de 2008.

### IVA

#### - IVA nas importações

O pagamento do IVA devido pelas importações deixa de ser obrigatoriamente feito no acto de desembaraço alfandegário podendo ser prorrogado mediante a prestação de garantia.

#### - Dispensa de facturação

Os sujeitos passivos, enquadrados no artº39 do CIVA (vendedores ambulantes, prestações de serviços inferiores a 9,98€, etc) são sempre obrigados a emitir factura quando transmitam bens ou serviços a outros sujeitos passivos, bem como a adquirentes não sujeitos passivos que exijam a respectiva emissão da factura.

### EBF (Estatuto dos Benefícios Fiscais)

#### - Criação de emprego

Os encargos com jovens até 30 anos e desempregados de longa duração contratados por tempo indeterminado podem ser abatidos em 150% no lucro tributável, ou seja, ao lucro apurado subtrai-se 50% desses encargos. Só pode ser usado na criação líquida de postos de trabalho, isto é, tem que haver um aumento do número de trabalhadores, que estejam nas mesmas condições.

### LGT (Lei Geral Tributária)

#### - Caducidade da liquidação

A caducidade da liquidação de qualquer imposto já não ocorre se o sujeito passivo não receber a notificação antes do prazo de prescrição; agora, basta a administração fiscal enviar a carta três dias antes, por exemplo, até 28/12/2007, para não prescrever.

### RGIT (Regime Geral das Infracções Tributárias)

#### - Contas Bancárias

A falta de conta bancária na contabilidade (que é obrigatória desde, pelo menos, 2005) ou a sua deficiente utilização, passam a ter coimas previstas na lei, com o mínimo de 120,00€ e 18.000€.

- Necessário declarar, ao passar a fronteira, o montante de dinheiro líquido quando igual ou superior a 10.000€.

Agradecemos a atenção dispensada a este trabalho e esperamos ter contribuído para manter V.Exa. actualizado com as novidades no panorama fiscal do nosso país.